

A criança rural

Maria Aparecida Cecílio

Departamento de Teoria e Prática da Educação, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil.

RESUMO. O presente artigo focaliza a falta de condição de vida para o trabalhador precoce brasileiro em atividades penosas¹ na zona rural. O objetivo é discutir o cenário rural diante das políticas públicas implantadas no combate ao trabalho precoce no Brasil, diante das contradições sociais e dos conflitos envolvendo o desenvolvimento humano nesse contexto, a partir da década de 1980.

Palavras-chave: trabalhador precoce, cenário rural, políticas públicas.

ABSTRACT. The rural child. The present article focalizes the low life condition for the precocious worker in hard activities at Brazil rural zone. The aim is to discuss rural situation, facing the policy public against precocious work in Brazil, the social contradictions, the conflicts over human development, since the 80's.

Key words: worker precocious, scenery rural, politics public.

Introdução

A questão “trabalho precoce”, equacionada neste artigo, é conhecida através dos números e fatos divulgados pelo governo federal brasileiro, pela imprensa, pela Federação Internacional de Direitos Humanos e Organização Internacional do Trabalho, entre outros organismos internacionais. No entanto, é tímida a implementação de políticas públicas para a zona rural. O conhecimento do poder executivo sobre a exploração da mão-de-obra precoce em atividades penosas na zona rural brasileira pode ser exemplificado no enfoque dado à educação, sendo a educação uma das formas, na visão do poder executivo do governo federal brasileiro no final do século XX, de chegar até às famílias dos trabalhadores precoces.

Este artigo é resultado parcial da pesquisa que vem sendo desenvolvida desde 1999 através do projeto intitulado “Educação e Trabalho na Zona Rural: o trabalho precoce e penoso, a criança, o adolescente e as bases sócio-econômicas, biopsicológicas e educativas na formação intelectual”, junto à Universidade Estadual de Maringá/PR. No artigo apresenta-se a discussão de uma vertente da problemática trabalho precoce no

Brasil, ou seja, a presença de trabalhadores precoces na zona rural, observada a partir da ausência de políticas públicas que garantam a qualidade de vida para as crianças das comunidades rurais.

Material e métodos

Para a realização da investigação, recorremos a periódicos de publicação institucional e não institucional e a documentos que discutem a realidade do trabalho precoce no mundo e no Brasil. Também recorremos a entrevistas realizadas junto aos trabalhadores precoces com roteiro previamente definido e arquivo de programas televisivos levados ao ar pela rede Globo de televisão a partir de 1997. Esses referenciais exemplificaram, com fatos, os problemas que observamos sistematicamente na realidade do trabalhador precoce, respaldados por referências bibliográficas que especificam a condição de vida como eixo de discussão do desenvolvimento humano.

Resultados

Como resultado parcial da pesquisa, concluímos que as políticas públicas implantadas nas últimas décadas no Brasil no combate ao trabalho infanto-juvenil, ainda não conseguiram atender trabalhadores precoces da zona rural, mesmo contando com a parceria do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e ratificando as convenções internacionais de combate ao trabalho

¹ Trabalho precoce e penoso é o que exige força física concentrada em atividades repetitivas, por jornadas diárias prolongadas, prejudicando o desenvolvimento biofísico, sociopsicológico e afetivo.

nas formas mais penosas. O Brasil não tem conseguido, apesar do esforço conjunto da sociedade, eliminar o trabalho precoce, nem mesmo o de caráter penoso, como entendemos ser o realizado na zona rural. Alguns impasses são observados nas políticas empreendidas a favor de uma realidade diferente, entre elas a visão governamental de que a falta de condições de vida não é a questão central. O índice de desenvolvimento infantil, resultante do trabalho do Unicef detecta os limites para a realização de um diagnóstico que corresponda às diferentes realidades encontradas nos estados da União. Podemos citar a falta de saneamento público como um dos mais graves limites para a realização de um levantamento que possibilite o mapeamento das condições de vida das famílias dos trabalhadores precoces que exercem suas atividades na zona rural.

Concluimos, também, que as famílias brasiguaias² estão vivendo em situação de miséria no Brasil. Sem identidade definida, suas crianças somam-se ao índice de analfabetismo brasileiro, elevando o contingente populacional desprovido de atendimento às necessidades básicas, principalmente às crianças e adolescentes, que sem documentação, não existem para o Estado. A deficiência alimentar, as doenças e o analfabetismo são indicadores da falta de condição de vida dessa população. A presença destas famílias em território brasileiro justifica a convenção de Haia ter sido ratificada pelo Brasil; todavia, sem os efeitos esperados em relação ao atendimento às crianças e adolescentes. Constatamos, em nossa investigação, que o reconhecimento da falta de políticas públicas pode ser observado nos discursos de governantes que acreditam que o trabalho infantil e as condições materiais das famílias “não são o problema principal” no combate ao trabalho infanto-juvenil no Brasil.

Discussão

Em alguns trechos do discurso do atual representante do Ministério da Educação, Paulo Renato de Souza, no que se refere à educação, podemos entender que o trabalho precoce não é uma problemática nova, fazendo parte da vida da população empobrecida no Brasil há muito tempo.

Em entrevista concedida a Rubens Amador Júnior para o Boletim Acorda Brasil (1997), podemos verificar os dados abordados pelo

entrevistador e confirmados pelo ministro, acrescido de seus comentários.

O ministro confirma que, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de agosto de 1996, 2,7 milhões de crianças estão fora da escola no Brasil, comentando ainda que

*o trabalho infantil ou a falta de condições materiais das famílias ... não são o problema principal. Nesse caso, temos de trabalhar com programas como a Bolsa Escola No plano federal, mantemos, com recursos da Previdência Social, o mesmo programa em regiões carvoeiras, sisaleiras e de corte de cana, que exploram o trabalho infantil.*³

Encontramos, nesse comentário, questões de grande importância na discussão das políticas públicas brasileiras atuais. A primeira diz respeito à manutenção da criança na escola com estratégia temporária, portanto, paliativa e ineficaz no combate à exploração da mão-de-obra precoce, principalmente em relação ao meio rural, por apresentar limitações na idade do participante e no número de participantes por família. Ao completar 15 anos, o adolescente, em meio a seus estudos, é desligado do Programa Bolsa-Escola Federal, sem critérios educativos, retornando ao trabalho, à condição de trabalhador.

Podemos exemplificar esse fato com a reportagem apresentada no programa Globo Repórter, sobre trabalho precoce, apresentado pela rede Globo de televisão no dia 15/09/2000, mostrando o retorno dos adolescentes ao trabalho com o desligamento do Programa Bolsa-Escola Federal após completarem 15 anos.

Ao ser entrevistado, Sílvio de Jesus, 16 anos, trabalhador no sisal, comenta sua situação ao ter que retornar ao trabalho:

Eu pensei, logo digo, se Deus quiser, agora vou ser um cidadão de bem, uma pessoa de bem, vou me esforçar no estudo; como me esforcei! Graças a Deus! Não adiantou nada porque o tempo só foi dois anos de estudo praticamente, não deu!

O repórter pergunta: - por quê?, ao que Sílvio responde::

- Saí porque só pode ficar na jornada até a idade de interar 15 anos, intera 15 anos, corta a Bolsa-Escola.

Um segundo entrevistado, Adriano Mota, havia perdido a bolsa há 5 dias, após ter completado 15 anos, bem no meio do ano letivo, e diz:

- Quando me lembro, tenho vontade de chorar!

O repórter pergunta:

² Famílias brasiguaias são aquelas que viveram no Paraguai e retornaram, muitas delas expulsas pelos conflitos de terra na zona rural paraguaia e que hoje encontram-se despatriadas.

³ Boletim Acorda Brasil, N.º 4.

- *O que é mais difícil pra um jovem como você, de 15 anos, neste lugar aqui?*

Adriano fica em silêncio e diz:

- *É difícil responder, né?*

O repórter apenas balança a cabeça dizendo que sim.

Entendemos, com o exemplo, os limites dos programas governamentais, como o bolsa-escola federal, uma vez que a zona rural brasileira foi historicamente desfavorecida no desenvolvimento da educação da população empobrecida. Poucas são as escolas rurais existentes no Brasil nas últimas décadas. As famílias que habitam a zona rural e dela sobrevivem, sem outras fontes de renda, têm seus filhos transportados para a zona urbana para freqüentar a escola, nem sempre com a segurança necessária. São fatos que indicam as características de uma realidade agrária de concentração de terras, de um lado, e concentração de famílias expropriadas dos direitos sociais, de outro lado.

Constantemente propagandas televisivas afirmam, em nome do governo federal, que mais de 700.000 crianças já foram retiradas do trabalho insalubre e penoso. As imagens propagadas no ano de 2001 fazem referência à criança urbana. É na zona urbana que estão as escolas, as instituições de apoio, os conselhos. O que existe na zona rural?

Estamos questionando, aqui, as limitações socioeconômicas que fazem da criança e do adolescente, trabalhadores na zona rural, uma população descartável mediante políticas que geram programas de gestão apenas administrativas, sem o caráter educativo de formar cidadãos como critério de atendimento às necessidades das famílias suburbanas que vivem de trabalhos temporários na zona rural.

As crianças que ainda habitam a zona rural carecem de deslocamento de seus municípios até a zona urbana para terem acesso à escola. A população rural, que migrou do campo para a cidade e que continua a trabalhar na zona rural, tem suas crianças sem condições de freqüentar a escola. Aliada a essa questão, reconhecemos a existência da exploração da mão-de-obra da criança que mora na cidade e trabalha no campo e que está fora da escola, associado à idéia de que isso não é importante. O importante, para as políticas públicas implantadas nas últimas décadas em âmbito nacional, tem sido a manutenção de crianças da zona urbana nas escolas para serem preparadas para o mercado do trabalho formal.

Mesmo reconhecendo o trabalho infantil na zona rural como motivador da problemática da criança

fora da escola, o trabalho do MEC (Ministério da Educação e do Desporto) está diretamente ligado ao preparo da criança trabalhadora da zona urbana para o mercado de trabalho formal, o qual exige a formação escolar profissionalizante como condição básica de concorrência.

Podemos verificar no veículo de informação do MEC, Boletim Acorda Brasil, os planos governamentais na área da educação, enfatizando que todos os seus parceiros⁴ estão investindo em projetos urbanos de formação escolar, ou seja, os projetos do MEC estão vinculados aos projetos de formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho formal urbano, na produção de trabalhadores que venham, em parte, a encaminhar-se para as universidades. É a troca de escola no presente para obtenção de mão-de-obra no futuro. É investimento certo, conforme argumentam os parceiros do MEC ao falarem sobre a parceria governo/empresários nos projetos educativos, conforme podemos observar em alguns depoimentos divulgados no Boletim Acorda Brasil (1997).

Roberto Amaral, superintendente do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), criado em 1995 para avaliar ações sociais, analisar resultados para investidores, elaborar projetos na área e dar cursos, ao falar das parcerias, afirma “propagamos que o investimento privado no social dá certo.” (p. 8)

Segundo Amaral, a Fundação Bradesco é o maior investidor social do Brasil, investindo oitenta milhões de dólares por ano. A Fiat Automóveis investiu, no ano de 1999, cinco milhões de dólares em escolas dos estados da Bahia, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. E admite:

Talvez estimulados pelo governo, vemos que mais e mais companhias e organizações se mobilizam, até para enfrentar os efeitos competitivos da globalização. (p.8)

⁴ Adag Serviços de Publicidade; Banco Bamerindus; Banco Itaú; Caixa Econômica Federal; Carta Editorial; Companhia Vale do Rio Doce; Coca-Cola do Brasil; Compaq Computer Brasil; Comunicart Marketing; CNI; Diário do Grande ABC; DM9; DNA Propaganda; Editora Abril; Elgin Máquinas; Fiemg; FIESP; Fiergs; Fiat Automóveis; Fundação Abrinq; Fundação Athos Bulcão; Fundação Banco do Brasil; Fundação Biblioteca Nacional; Fundação Cesgranrio; Fundação Odebrecht; Fundação Santista; Gife; Futurekids do Brasil; Giovanni Comunicações; Gráficos Charbel; Grupo Votorantim; Grafitec do Brasil; HB Grupo Editorial; Hiram Castelo Branco, Camargo e associados; IBM do Brasil; Indústrias Gessy Lever Internation Tele Education; Jornal da Tarde; Jornal dos Sports; Jornal O Estado de São Paulo; Jornal O Globo; KTV Comunicações; Parceria Comunicação; Plural Comunicação; Publinews Propaganda; Rádio Transamérica; Microsoft Informática; Sasse Cia. De Seguros; Sony Comércio e Indústria; Sony da Amazônia; Star da Amazônia; TBA Informática; Telebrás; Vasp; Yázi.

O então presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Carlos Eduardo Moreira Ferreira confirma a tese: “Sem investimento na área, comprometemos nossa economia.” (p. 9)

Além dessa questão, estão em discussão os acordos com os Estados Unidos da América, como o firmado no ano de 1996 entre o governo brasileiro e Bill Clinton, para o desenvolvimento de uma estratégia de cooperação na educação. A parceria é para a “melhoria do ensino fundamental” a partir de cinco áreas específicas, conforme divulgado no Boletim Acorda Brasil (1997), pelo adido cultural no Brasil, Jefferson Brown:

... educação a distância e computadores em sala-de-aula; padrões educacionais e avaliação; desenvolvimento profissional para professores e administradores escolares; parcerias empresa-comunidade-família e intercâmbio educacional (p. 10).

Se observamos o que diz o diretor da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, Alain Florent Stempffer⁵, veremos que algumas características do trabalhador que prevalecerá no mercado já estão bem definidas, como domínio de línguas (inglês e espanhol); agilidade no uso de computadores; capacidade de adaptação a novos ambientes e a novas situações; mobilidade entre países e culturas, disposição para o aprendizado contínuo; capacidade de comunicação oral e escrita; capacidade de ouvir, de preparar relatórios e de fazer apresentações; trabalhar em equipes; assumir papéis de liderança e de tomar decisões e participar de esforços cooperativos. Enfim, a criatividade e a iniciativa deverão exprimir a eficácia de um generalista, um eterno aprendiz em função do mercado. Enseja-se o desenvolvimento intelectual aprimorado, apropriado ao mercado.

O conhecimento que se tem sobre investimento governamental para o combate do trabalho infantil na zona rural é difundido pela Fundacentro através dos trabalhos do PROGER - Programa de Geração de Renda - e PRONAR - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. São programas financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Ministério do Trabalho (Fundacentro).

Na região noroeste do Estado do Paraná, divisa com Mato Grosso do Sul e Paraguai, no ano de 1999, os conflitos de terra corridos demonstram que considerável número de trabalhadores rurais sem terra que participaram das ocupações de fazendas, eram brasiguaios que retornaram ao Brasil sem

destino, após serem expulsos do país vizinho, também por conflitos de terra.

As crianças que vivenciam essa realidade são, geralmente, apáticas, apresentam dificuldade para sorrir, são amedrontadas e ariscas. Essas características são conferidas após poucas horas de convivência. Tivemos a oportunidade de estar no município de Querência do Norte/PR, no mês de junho de 1999, e lá constatar esses fatos, ao acompanhar as ações militares de desocupação das áreas de acampamento organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O estado do Paraná vem sendo palco de cenas históricas de violência, as quais nos apresentam, dia-a-dia, desde a década de 1980, episódios da realidade rural brasileira que invalidam as propostas de desenvolvimento no setor agrícola para a cultura de subsistência. O campo de guerra que se estabelece na zona rural brasileira tem como exemplo os conflitos violentos registrados na região noroeste do estado do Paraná (Brandão, 2000) como mais um agravante na condição de vida que leva a criança e o adolescente para o trabalho penoso.

As ações são conflitantes, a ponto de exigir a presença de representantes da FIDH - Federação Internacional dos Direitos Humanos em diligência especial para visitar acampamentos do MST em Querência do Norte e região, onde são encontradas vítimas da repressão policial e de autoridades do estado, inclusive crianças sitiadas, sem alimentação e remédios. São cenários que comprovam a existência de fatores de estrangulamento das políticas públicas para o desenvolvimento agrário: são famílias que, após serem despejadas, passam a constituir a população volante de desassistidos dos municípios que sobrevivem da monocultura.

A fábrica de analfabetos, que se encontra instalada na zona rural brasileira, tem se tornado a grande causa da exploração da mão-de-obra precoce e penosa, principalmente no cultivo e colheita da cana-de-açúcar na região sul e na região nordeste. No município de Roteiro/AL, por exemplo, a situação foi de tal gravidade na década de 1990, que o município passou a receber a atenção do governo federal através do programa de Alfabetização Solidária.

As crianças e adolescentes brasileiros e brasiguaios, como os que vivem na zona rural da região noroeste do Estado do Paraná, estão perdendo suas identidades. As brasileiras, por representarem fonte de força de trabalho a baixo custo, não representam custo educacional, previdenciário, enfim, são sinônimo de lucro líquido e certo, mudo e sem organização sindical, não são crianças e

⁵ Exame, 1997: 36 e 37.

adolescentes cidadãos. Grande parte não existe para o Estado, não possuem registro de nascimento, não pertencem a uma comunidade escolar, não são cadastradas pelo sistema de saúde.

As brasiguaias são, iguais em quase tudo, exceto pelo fato de carregarem a classificação de brasiguaias e de representarem um percentual a mais de trabalhadores em potencial para ser explorado, com um complicador na comunicação, muitas misturam os idiomas dos dois países.

Nesse cenário nacional, observamos o Unicef trabalhando para que seja possível a construção de um índice de desenvolvimento infantil, chegando à conclusão de que é necessário pensar em indicadores próprios para a realidade brasileira, uma vez que os indicadores utilizados na maior parte do mundo não servem para a demonstração da situação da infância no Brasil. Muitos municípios sequer possuem dados estatísticos atualizados sobre saneamento e esgoto. Para pensar o IDI (Índice de Desenvolvimento Infantil no Brasil), o Unicef trabalhou com o pressuposto de que o determinante nos cuidados com a infância, são questões de ordem científica, que dizem respeito à formação cerebral de redes cognitivas e à formação de estruturas cerebrais duradouras, entendidas como assentamento de conexões neurológicas desencadeadoras de habilidades lógicas e emocionais, somadas à capacidade de memória e raciocínio para o desenvolvimento lingüístico, social e afetivo.

Diante dessa perspectiva, os fatores existenciais definidos como prioritários no rol de investigação foram a vida familiar, a vida escolar, a estrutura de família, o tamanho do domicílio, as condições sanitárias básicas de moradia, a renda familiar e o nível educacional dos pais. Entendemos que esses indicadores não atingem os trabalhadores precoces que não têm vida escolar que, parte do dia, não são encontrados em suas moradias para responderem aos levantamentos dos dados necessários para a elaboração dos índices. Esses indicadores são utilizados pelo IBGE/BIRD (2000). Nessas linhas gerais de investigação, o Unicef/Brasil desenvolveu uma linha de análise do IDI, o qual chama de variáveis do IDI⁶, ligada às causas e não às

conseqüências dos problemas vividos pela população. Essa linha de análise observa os seguintes pontos:

- Percentual de crianças menores de seis anos morando com mães de escolaridade precária;
- Percentual de crianças menores de seis anos morando com pais de escolaridade precária;
- Cobertura vacinal contra sarampo e DTP em crianças menores de um ano de idade;
- Percentual de mães com cobertura pré-natal adequada;
- Taxa de escolarização bruta na pré-escola (taxa de matrícula);
- Taxa de escolarização bruta na creche (taxa de matrícula);
- Falta de acesso ao saneamento básico nos municípios; água limpa; coleta de lixo.

Constatamos que o Unicef tem fundamentado a definição de indicadores de desenvolvimento infantil em resultados de pesquisas realizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), através de programas desenvolvidos em diferentes países, cujos resultados foram apresentados nos Encontros Mundiais de Cúpula pela Infância. Verificamos no relatório do encontro realizado em março de 1995 (p.3), em Copenhague, que o Unicef divulga ser o compromisso internacional pelo desenvolvimento, melhores resultados na proteção do crescimento físico e mental da criança, considerando infância como período no qual mentes e corpos estão sendo formados e que qualquer privação, mesmo que temporária, pode infringir prejuízos e distorções no desenvolvimento humano. Vale lembrar que o documento é pautado em crianças menores de seis anos de idade, o que restringe os indicadores e foge à realidade do trabalhador precoce.

Justificam a afirmação dos prejuízos ao desenvolvimento da criança a partir de casos que afetaram muitos países, como o da deficiência por iodo, uma espécie de distúrbio alimentar que, no ano de 1990, atingiu 18 milhões de mulheres, provocando cegueira, paralisia e retardos mentais em seus filhos. De acordo com dados da OMS/1993, registrou-se 60 mil casos de morte dos fetos ou dos recém-nascidos e 120 mil casos de deficiências, principalmente após os 4 anos de idade. A

⁶ As fontes de pesquisa para fundamentação do IDI usadas pelo Unicef são: PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Doutrina de Proteção Integral da Convenção dos Direitos da criança de 20/11/89; Estatuto da Criança e do adolescente, lei 8.069/90. Avaliação de Programas Infantis na América Latina que relacionam desenvolvimento e pobreza nas últimas décadas e determinam os "Cuidados na primeira infância para a sobrevivência, o crescimento e o desenvolvimento."; Pesquisas científicas realizadas nas últimas décadas (o documento não cita quais); Pesquisas Sociológicas e Demográficas do IBGE e BIRD - 2000. Pesquisa de Demografia e Saúde realizada pela BENFAM/1996; Programa Universal de

Imunização - Fundação Nacional de Saúde - 1998/1999; Ministério da Saúde; INEP/MEC - 1999; SEEC/INEP/MEC - 1999; IBGE/1997; IDH - Índice de Desenvolvimento Humano; BARROS, R.P. , MENDONÇA, R. Infância e Sociedade no Brasil: as conseqüências da pobreza diferenciadas por gênero, faixa etária e região de residência. Rio de Janeiro: IPEA, 1990. (Textos para discussão n.º 202); IPEA - 1999; Early Child Services. Rio de Janeiro.; IBGE - 2000. Pesquisa sobre padrões de vida 1996-1997. Rio de Janeiro.; BENFAM - 1996. Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde. Rio de Janeiro.

deficiência de iodo causa aumento da glândula tireóide, associado a alguns níveis de retardo mental.

Esse tipo de deficiência alimentar durante a gravidez prejudica o desenvolvimento do sistema nervoso central da criança. As conseqüências são relatadas na página quinze do mesmo documento, após acompanhamento de muitos casos:

Hoje, porém, à medida que esse um milhão de crianças apresentam deficiências de coordenação visual e motora; outras ficaram parcialmente surdas, ou desenvolveram estrabismo acentuado, ou dificuldade na fala, ou outros distúrbios neuro-musculares.

O relatório declara que somente no dia 30/9/1990, a OMS e o Unicef apresentaram aos líderes mundiais o desafio da iodização do sal como solução.

Outra fonte de fundamentação para o Unicef são dados sobre a desnutrição por alimentação inadequada que resultaram da avaliação realizada em 87 países no ano de 1994. Essa deficiência alimentar é conhecida como DPE (Desnutrição por Proteína e Energia). Os estudos dessa desnutrição foram realizados com o apoio do Unicef/OMS. Uma outra fonte são as pesquisas realizadas em 67 países pelo Unicef/OMS, as quais concluíram sobre a deficiência de vitamina A e Ferro. A falta de vitamina A vitimou nestes países, no espaço de um ano, segundo registros da OMS, 500 mil crianças, sendo que a metade destas morreram.

A anemia por deficiência de ferro coloca em risco gestantes e suas crianças, podendo levar à morte, ou prejudicar o desenvolvimento da criança.

Na definição do índice de desenvolvimento infantil para o Brasil, as pesquisas apresentadas nos encontros mundiais são referências para o trabalho de pré-natal e cobertura vacinal em nível nacional, apesar dessa cobertura não atingir toda a população, como no caso das famílias que vivem em acampamentos rurais. Entendemos que a grande causa a ser atacada, de acordo com nossas investigações, é a condição de trabalho a que se submete a população empobrecida das nações pesquisadas pela OMS e atendida pelo Unicef.

As prioridades que há pouco comentamos foram consideradas pelo Unicef as principais ameaças ao desenvolvimento infantil e as oportunidades para sua realização. Essas prioridades foram pensadas a partir dos 5.507 municípios brasileiros existentes até 1997.

Concluindo, entendemos que a discussão das políticas públicas para a garantia de qualidade de vida da população infante-juvenil no Brasil depende de uma ação que reúna governos e população civil organizada na realização de um plano nacional de erradicação, que considere que há falta de condições

de vida digna, que é a questão central do problema da exploração da mão-de-obra precoce.

Referências

AMADOR JUNIOR, R. *Boletim Acorda Brasil*. Ano 1, n. 2, 1997.

BARROS, R.P.; MENDONÇA, R. *Infância e sociedade no Brasil: as conseqüências da pobreza, diferenciadas por gênero, faixa etária e região de residência*. Rio de Janeiro: IPEA, 1990.

IDI - Índice de Desenvolvimento Infantil. Disponível em: <http://www.unicef.org.br>

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1999. Rio de Janeiro: IBGE, CD-Rom, 2000.

Bibliografia de apoio

CHONCHOL, J. *O desafio alimentar no mundo*. Tradução de Alcy Cheuiche. Editora Marco Zero, 1989.

CHUSSODOVYSKY, M. A Globalização da Pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.

CONANDA. Diário Oficial da União, seção 2 do dia 19/05/2000. Disponível em: <http://www.ny.gov.br/sudh/conanda-pg.htm>

CONFERÊNCIA NACIONAL: Por uma Educação Básica no Campo - Texto Base. Edição: AEC e UNESCO. Brasília, 1998.

CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL. 3ª edição. Texto Integral. Editora Ática, 1989.

CONVENÇÃO RELATIVA À COMPETÊNCIA DAS AUTORIDADES E À LEI APLICÁVEL EM MATÉRIA DE PROTEÇÃO DE MENORES. (Haia, 05.10.61). Disponível em direito.htm

Convenções da criança completa dez anos (Indonésia). *Folha de São Paulo*. - das agências internacionais 22/11/1999, p. 14.

COSTA, P. H. L. et al. Momentos articulares resultantes durante o andar e o correr de crianças. *Revista Brasileira de Biomecânica*, São Paulo. v. 2, n. 3. 2001.

CRIANÇAS NO MUNDO E NO BRASIL. Disponível em: <http://wwwz.uol.com.br/andi/redian/index2.html>

DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS Nº 272. A fome no Mundo - Um desafio para todos: o desenvolvimento solidário. Pontifício Conselho "Cor UNUM". Petrópolis: Vozes, 1997.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - LEI FEDERAL 8.069/90 - impresso. Disponível em getrapp.kit.net

FAGANELLO, B.; COURRY, R. *Corte manual de cana-de-açúcar*. Curitiba: SENAR; Piracicaba: STAB, 1995, (Cartilha do Trabalhador).

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. Disponível em: <http://www.mtb.gov.br/sit/trainf/index1.htm>

- FUNDACENTRO / MINISTÉRIO DO TRABALHO. Lugar de criança é na escola: Brasil em Ação. Brasília: Boletim Informativo, 15/10/1997.
- GONDIM, A.; FALCÃO, D. Violência rural atinge crianças. *Folha de São Paulo*. 03/07/87, p 11.
- INSTITUTO DE ESTUDOS ESPECIAIS DA PUC/SP. Trabalho do adolescente: Mitos e dilemas. São Paulo: Série defesa dos direitos da criança e do adolescente, 1994.
- KASTER, J. Crianças enfrentam distância para ir à escola. *Gazeta do Povo* 14/02/2000, p. 11.
- KASTER, J. Crianças trabalham na roça para ajudar pais. *Gazeta do Povo*. 23.10.2000.
- LBV - LEGIÃO DA BOA VONTADE. S.O.S. Brasil: Trabalho infantil: Mal que atinge milhões de crianças no Brasil. São Paulo: LBV em Revista, Ano VII, nº 65, Março de 1997.
- LDBEN - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL Nº 9.394/96. UDEMO - Sindicato de Especialista de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo.
- LURIA, A. R. *Desenvolvimento cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais*. Tradução Fernando Limongeli Gurgueira. São Paulo: Ícone, 1990.
- MATEOS, S. Nossas crianças: a sucata do progresso: Quem lucra com o trabalho infantil. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, *Revista Atenção*, n. 2, 1996.
- MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. Acorda Brasil. Boletim do MEC: Brasil em ação. Brasília: MEC/UnB, Ano 1, nº 2, 1997.
- Mercado de trabalho no Paraná tem 673 mil menores. *Gazeta do Povo* 17/06/1996, p. 11.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). *Raízes da Fome*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- PAIVA, P. Diagnóstico preliminar dos focos do trabalho da criança e do adolescente no Brasil. SEFIT - Secretaria de Fiscalização do Trabalho e SSSST - Secretaria de Segurança e Saúde no trabalho. Ministério do trabalho, Brasília, DF, 1996.
- Parceria visa erradicação de trabalho infantil. *Folha de Londrina* 05/07/99, p. 8.
- PASSOS, E.. Mercosul: Integração Latino-Americana e os trabalhadores. Câmara dos Deputados Federais. Cadernos Parlamentares 3.92. Brasília, 1993.
- PET - PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. Informações: encontro@eca.org.br
- SABÓIA, J. Trabalho infanto-juvenil no Brasil dos anos 90. Caderno de Políticas Sociais. Série documentos para discussão. Brasília - DF, 1996.
- STEMPFER, A F. Seu filho tem de ser melhor que você. São Paulo: Editora Abril, Revista Exame, Edição Brasil, 1997.
- Trabalho Infantil ainda é grande no Paraná. *Folha de Notícias Paranavaí*, 26/04 a 02/05/1999, p. 6.
- UNICEF. SITUAÇÃO MUNDIAL DA INFÂNCIA, 1995. Brasília - produção, São Paulo, edição. Disponível em: <http://www.unicef.org.br>

Received on December 03, 2001.

Accepted on January 04, 2002.